

“Minha mão eu ponho no fogo, mas a alheia?”

Fernando Henrique diz que só responde por si mesmo no caso da compra de votos pela reeleição

BRASÍLIA — Estes são os principais assuntos da entrevista do presidente Fernando Henrique Cardoso:

COMPRA DE VOTOS

À pergunta se garante não ter havido compra de votos na decisão do Congresso que permitiu a reeleição, ponderou: “A minha mão eu ponho no fogo, mas como vou garantir a mão alheia?” Fernando Henrique lembrou que a emenda da reeleição foi aprovada por uma “maioria imensa”. “As pesquisas de opinião eram favoráveis, a grande imprensa era favorável”, disse, argumentando que a base governista não apoiou uma CPI sobre o assunto porque não houve indícios de corrupção na votação, conforme investigação da Câmara: “Se houver algo de novo, a Câmara que pôna do modo que for possível.”

CESTA BÁSICA

Após comemorar a “deflação sem recessão” registrada pela Fipe em agosto, o presidente mostrou gráficos comparando o aumento da cesta básica (4,4%) e o do salário mínimo (84%) nos três anos e meio do Plano Real. “A cesta básica no Brasil tem uma estabilidade quase igual à do franco suíço; é mais estável do que a moeda.” O Produto Interno Bruto (PIB) per capita — a riqueza produzida no País dividida pela população — cresceu 9% nesse período, citou.

ABORTO

O presidente observou que “para bom entendedor” é clara sua opinião sobre a lei que permite aborto em casos específicos, na rede pública de saúde. Deixou claro que não cederá à pressão da Igreja Católica e de grupos antiaborto para vetar a lei. Lembrou que a garantia de aborto para casos de estupro e risco de vida da mãe já consta da legislação. “Como o presidente pode não obedecer à lei, que diz que é legal?”, perguntou. “Cumpre-se a lei já existe e eu acho que nem é necessário outra, basta uma portaria e pronto.”

ESPECULAÇÃO

O presidente lembrou que no início de sua administração teve notícias de ataques especulativos no mercado financeiro canadense e observou que o sucesso dos especuladores depende da fragilidade

do país. Lembrou que o Brasil recebeu em seis meses US\$ 14 bilhões em investimentos diretos. Comprou os ataques aos incêndios que assolaram Brasília nesta época: “Esse rastilho só pega quando tem seca e as coisas estão secas, mas nós ainda estamos verdejantes.”

CONSELHO DA ONU

O Brasil considera vital o fortalecimento do Mercosul, e não faz de sua participação no Conselho de Segurança da ONU uma questão de “vida ou morte”, segundo o presidente. Ele relatou suas conversas na reunião do Grupo do Rio, para repetir um argumento de conciliação com a Argentina: como os países europeus passarão a ter cinco membros no futuro conselho ampliado e os asiáticos, três, a América Latina deveria reivindicar maior número de integrantes per-

manentes da região. “Por que só um da América Latina, por que não dois ou mais?”

CORRIDA ARMAMENTISTA

Ignorando reportagens na imprensa argentina que indicam crescimento na compra de armas pelo Chile, Fernando Henrique garantiu que a abertura dos Estados Unidos para venda de armas à América Latina não levará os países da região a uma corrida armamentista. “Pode haver reposição de armamento, às vezes obsoleto, mas os gastos são moderadíssimos, no caso brasileiro sobretudo.”

RENDA CONCENTRADA

“Os que viam fantasmas da recessão e da concentração de renda, estão vendo que está acontecendo o contrário, há quatro anos temos

crescimento”, disse o presidente. “O principal instrumento para desconcentração de renda no mundo é a educação, um processo que toma tempo, mas o governo está com forte orientação nesse sentido.”

REFORMAS

A estabilidade “não dispensa as reformas”, disse o presidente, cobrando do Congresso a votação das reformas administrativa e previdenciária. Sem dar detalhes, citou pesquisa de opinião com 3 mil pessoas que apontou 68% favoráveis à reforma administrativa (11% contrários) e 66% favoráveis à reforma da Previdência (15% contra). “Os que, por razões eleitoreiras, têm medo de fazer as reformas, vão se arrependê-las, porque o resultado não será eleitoralmente da forma que eles imaginam”, ameaçou. “Essas reformas não beneficiam em nada o atual mandato, são necessárias porque dão governabilidade a longo prazo.”

BRASIL EM AÇÃO

“Podem continuar escrevendo — sei que vão continuar — que o Brasil em Ação é o carro-chefe da campanha eleitoral”, disse o presidente, após afirmar que muitos dos projetos do programa fazem parte das metas de governo desde 1994. “Se eu vier a ser candidato, terei de dizer: É, realmente, a minha campanha é pelo Brasil.”

ENCOL E GOLDEN CROSS

Os contratos não honrados da Encol e da Golden Cross “são feitos no mercado, na esfera privada, não feitos com o governo”. Fernando Henrique afirmou que alguns foram feitos de “maneira muito irres-

ponsável” e avisou que “não existe de onde tirar o dinheiro” para salvar as empresas falidas. “Eu não tenho base moral, para pegar o dinheiro de contribuintes é dar para fulano de tal que fez um mau negócio.” O governo empenha-se em encontrar uma saída para salvar os prejudicados pela Encol, mas não vai salvar a empresa, disse.

PLANOS DE SAÚDE

“Estamos persistindo para que haja uma regulamentação dos planos de saúde no Congresso”, informou o presidente, comunicando que espera a conclusão do trabalho do deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) sobre o assunto. “Existe abuso com a questão da idade”, disse, citando o caso dos segurados que chegam aos 60 anos: “É o meu caso: tem de pagar uma fortuna para poder continuar no plano, prazos de carência, enfim, uma série de mecanismos inaceitáveis.”

REFORMA AGRÁRIA

“Nenhum governo se empenhou mais na reforma agrária”, disse o presidente, após relacionar medidas como as de reduzir juros em programas de crédito agrícola, desapropriar cerca de 3,5 milhões de hectares e cortar as indenizações excessivas por desapropriação. Nessa área, houve economia este ano de R\$ 600 milhões e, em 1998, a previsão é de que chegue a R\$ 800 milhões. “O problema não vai ser resolvido desde Brasília, daí o empenho para que haja descentralização”, argumentou.

LEI ELEITORAL

Fernando Henrique classificou de “razoável” a lei aprovada pela Câmara. Fez restrições somente aos itens que garantem dinheiro do Tesouro para financiar os partidos. “Só queremos regras claras”, disse, assegurando que apóia até as limitações para que governantes candidatos não participem de inaugurações de obras. “É tão velho imaginar que alguém ganha a eleição porque inaugura obras!”

VERBA DE CAMPANHA

O presidente deixou claro que vetará o artigo que prevê financiamento oficial aos partidos nas eleições, caso o Senado não retire esse item do projeto da Lei Eleitoral (mais informações sobre Lei Eleitoral na página A8). Apesar de ter apresentado, como senador, um projeto também prevendo financiamento público de campanhas, Fernando Henrique observou que a população é contra o uso de dinheiro público pelos partidos.